

Conclusões

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. *Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Conclusões. pp. 46-52. ISBN: 978-85-99662-75-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Conclusões

As principais conclusões deste trabalho acham-se dispersas ao longo do seu texto. É oportuno, portanto, sumariá-las numa série de breves itens. Maiores detalhes sobre qualquer das conclusões exigem consulta das análises no trecho correspondente do texto.

Evolução das taxas de pobreza

1) A proporção de pobres nas populações urbanas e rurais do Brasil decresceu progressivamente de 1960 a 1980, de pouco mais de 40 a pouco menos de 25 por cento. Durante a década de 80 a taxa de pobreza flutuou ao sabor das condições econômicas, quase entre esses dois extremos. A recessão do início dos anos oitenta elevou esta taxa para o nível de 1960, e o boom de 1986 baixou-a até aproximá-la da do início da década, havendo um novo aumento para pouco menos de 40 por cento em 1988, com a deterioração econômica posterior.

2) A variação da proporção de pobres nas metrópoles brasileiras, assim como as taxas globais para o Brasil, acompanharam as flutuações econômicas da última década. Isso se deu, entretanto, em patamares bem distintos. Contrastam os níveis extremamente altos das metrópoles do Norte e do Nordeste (muitas vezes situando-se em bem mais de 50 por cento), com os do Sudeste (em geral de 20 a 35 por cento), e ainda mais com os do Sul (frequentemente abaixo de 20 por cento).

Brasil urbano: perfil dos domicílios pobres em 1989

3) Um terço dos domicílios urbanos estão abaixo da linha de pobreza (8,6 milhões de domicílios), um em cada três dos quais abaixo da linha de indigência²⁷. Nesses domicílios pobres vivem quase 41 milhões de pessoas, quase 40 por cento da população urbana, incluindo ademais mais de metade das crianças até 3 anos de idade (51 %). A indigência e a pobreza urbanas concentram-se nas regiões mais pobres do país (Centro, Norte e Nordeste) em proporções muito maiores (54 e 41%) do que é a sua parcela na

população urbana brasileira (30%). Igualmente, as populações pretas e pardas são super-representadas entre os domicílios pobres, particularmente entre os indigentes: dois terços desses últimos têm chefe preto ou pardo.

4) A pobreza está associada com determinadas estruturas familiares, e em particular com dadas etapas do ciclo vital das famílias. Noutras palavras, domicílios com dadas estruturas familiares têm probabilidade de serem pobres ou indigentes maior do que a média urbana. São eles os de casais jovens com filhos, de idosos sós (homens, mulheres ou casais), os domicílios plurifamiliares, e sobretudo os de mulheres, principalmente se jovens, sem cônjuge e com filhos pequenos.

5) As características da habitação rústica (o chão de terra, materiais inapropriados aproveitados na construção) estão ainda presentes nas moradias de minorias significativas das populações pobres urbanas (particularmente entre as indigentes). Muito mais grave são os indicadores de péssima situação sanitária (esgotamento sanitário, provisão de água ou coleta de lixo, inexistentes ou extremamente precários), presentes em proporções iguais ou superiores à metade dos domicílios urbanos indigentes e entre um quarto ou metade dos pobres não indigentes.

6) Outros indicadores (analfabetismo, ausência de TV, telefone ou de livros) mostram que para amplas maiorias das populações urbanas indigentes, ou para parcelas grandes, porém não majoritárias, das pobres não indigentes, o mundo é acanhado e estreito e se resume aos contatos face a face da vizinhança (a inatividade ou o trabalho por conta própria e precário confirmando aquela estreiteza).

7) Associam-se à situação de indigência e pobreza urbanas características demográficas, econômicas e sociais, que a condicionam. Iniciemos com a estrutura etária dos domicílios; esta é muito desfavorável: Os domicílios indigentes têm, em média, quase três vezes mais crianças de menos de 10 anos, e os pobres não indigentes, quase o dobro, do que os domicílios não pobres. Há, por outro lado, numa e noutra situação de pobreza, sensivelmente menos pessoas em idade produtiva, bem como maiores proporções de domicílios chefiados por mulheres.

8) A qualificação para o trabalho, indicada pelos níveis educacionais, bem como as próprias características do trabalho dos chefes do domicílio, revelam situações muito mais desfavoráveis dos pobres, sejam eles

²⁷ Sobre as linhas de indigência e de pobreza ver texto ou o Anexo Metodológico.

indigentes ou não. Sublinhemos os dados para os domicílios pobres indigentes, onde todos os diferenciais são muito mais marcados: dois terços dos chefes desses domicílios são analfabetos ou têm apenas até três anos de escolaridade. Consistente com isso, é o fato de bem mais de 40 por cento dos chefes (nos dois níveis de pobreza) terem ocupações que remuneram muito pouco, ocupações 'pobres'²⁸. Proporções bem mais baixas do que os chefes dos outros domicílios abaixo da linha de pobreza (e é claro do que os chefes dos domicílios não pobres) são ocupados (66%, enquanto as porcentagens correspondentes para aqueles outros dois grupos são, respectivamente, 77 e 82%). Há portanto, entre os chefes indigentes, uma muito maior proporção de inativos ou desempregados. Entre os que são ocupados, os empregados urbanos são muito menos presentes (54%), havendo em contrapartida com maior frequência ocupações por conta própria (34%) e empregos agrícolas (11%) (sendo estes, no geral, 'bóias-frias' que vivem em núcleos urbanos).

9) De qualquer forma, o trabalho dos chefes pobres, sejam eles indigentes ou não, é muito mais instável do que o dos não pobres. Isto é indicado pela alta proporção destes chefes que procurou trabalho no último ano: um em cada quatro ou um pouco mais do que um em cada cinco, nos dois níveis de pobreza (esta estatística para os chefes não pobres é de pouco mais de um em dez). Além disso, o trabalho dos chefes de domicílios pobres, principalmente dos indigentes, tem muito menos segurança. É, em muito menor proporção, coberto pelas garantias da legislação do trabalho ou previdenciárias: mais de metade (53%) dos chefes pobres indigentes que são empregados não têm carteira assinada e mais de 85 % dos que trabalham por conta própria não contribuem para a previdência social.

10) Focalizando-se todos os membros dos domicílios pobres urbanos, indigentes e não indigentes, e não apenas os seus chefes, fica ainda mais esclarecida a precariedade da sua situação de trabalho e renda. Os domicílios pobres indigentes, devido ao número de membros não produtivos e às altas taxas de inatividade e desemprego, têm, em média, quase o dobro de pessoas por ocupado, que os domicílios não pobres (este índice para os domicílios pobres não indigentes é um terço superior comparado com os não pobres). Os tipos de ocupações e em que medida

²⁸ Sobre essas ocupações 'pobres', ver o Anexo Metodológico e, também, Figueiredo (1990).

outras rendas juntam-se aos rendimentos do trabalho distinguem os domicílios pobres, nos seus diferentes níveis, dos não pobres. Finalmente, nos domicílios não pobres, muito mais frequentemente do que nos pobres, indigentes ou não, combinam-se na renda total domiciliar rendimentos do trabalho com outras rendas (em 53% dos domicílios não pobres comparados com apenas 23 % nos pobres indigentes e 40% nos pobres não indigentes).

O approach das necessidades básicas: componentes da pobreza

11) Foram comparados dois grupos, um com necessidades básicas insatisfeitas (NBI) e outro com essas necessidades satisfeitas (NBS)²⁹. Percebeu-se, por um lado, que entre os chefes dos domicílios NBS, comparados com os NBI no mesmo nível de pobreza (ou não pobreza), há menores proporções de certas características associadas à pobreza, isto é, menos analfabetismo ou baixa escolaridade, porcentagens mais baixas de pretos e pardos, de ocupações agrícolas, de empregados sem carteira assinada, de ocupações por conta-própria que não contribuem para a previdência, ou de procura de emprego. Por outro lado, entre esses mesmos chefes com necessidades básicas satisfeitas (NBS), sempre comparados com os chefes NBI do mesmo nível, há maiores porcentagens de domicílios em que não há nenhum ocupado. Esses dois fatos constituem um primeiro sinal de que o indicador de NBI/NBS separa, nos conjuntos de dois níveis de pobres, componentes de uma pobreza mais de momento, menos duradoura. Daí a idéia de utilizar-se o cruzamento de pobres/não pobres, conforme estão abaixo ou acima da linha de pobreza, com o indicador NBI/NBS, e caracterizar-se assim quatro caselas que distinguem quatro situações de pobreza/não pobreza: pobreza estrutural, pobreza mais recente, pobreza por NBI e não pobreza stricto sensu. As proporções do total do Brasil urbano nas quatro situações são, respectivamente, 13, 21, 6 e 60 por cento dos domicílios.

12) Note-se que podem ocorrer variações na distribuição dos domicílios pobres pelas várias situações de pobreza, principalmente mudanças nas suas proporções, como resultado de duas espécies de

²⁹ Sobre o indicador de NBI/NBS ver o Anexo Metodológico.

processos³⁰. Seja por alterações nas rendas domiciliares per capita (mobilidade ascendente ou descendente), seja por mudanças na disponibilidade dos equipamentos públicos (rede de água e esgotos e escolas). Assim, por exemplo, o aumento (ou a diminuição) da renda per capita dos domicílios, *ceteris paribus*, muda as proporções entre os pobres estruturais e os pobres por NBI (ou entre os pobres 'mais recentes' e os não pobres *stricto sensu*). Por outro lado, mesmo sem alterações nas rendas domiciliares per capita, se a atuação do poder público aumentasse a infraestrutura das cidades (esgotos e água), as vagas em escolas, e a disponibilidade de habitações, mais rapidamente do que o crescimento da população urbana, isso diminuiria a proporção dos pobres por NBI relativos aos não pobres *stricto sensu*. É possível que devido, entre outras razões, ao processo de democratização do país durante os anos oitenta, algo desse tipo tenha acontecido³¹. O importante seria verificar qual foi o peso desses dois processos, e as suas combinações, sobre as alterações sofridas pela magnitude e estrutura da pobreza, no tempo. Para isso, a contribuição de estudos de mais de um ponto no tempo será apenas parcial, sendo necessário na verdade pesquisas longitudinais, tipo panel.

Diferenciações regionais da pobreza

13) Além da magnitude muito maior da pobreza, as proporções distintas dos seus diversos componentes, já mostram ser a situação social das populações urbanas do Centro, Norte e Nordeste, qualitativamente diferente da situação das do Sudeste e do Sul. Citemos os dados. A pobreza estrutural em relação à mais recente é 0.86 e 0.84 no Norte/Centro-Oeste e no Nordeste, e 0.44 e 0.43, no Sudeste e no Sul. Também a pobreza por NBI em relação aos não pobres *stricto sensu* é diferente: 0.16 para as duas regiões mais pobres e 0,10 e 0,06 para o Sudeste e o Sul.

14) Quando se analisam as diferenças de pobreza e de suas condições

³⁰ Ou, é claro, pela combinação dos dois processos.

³¹ Conforme uma sugestão de Vilmar Faria, numa discussão de uma primeira versão deste trabalho. Parece-me menos provável que tal processo, pelo menos em prazo relativamente curto, tenha provocado a diminuição dos pobres estruturais relativos aos pobres "mais recentes". Se se verificasse que este processo ocorreu em proporções significativas, isso colocaria em cheque a própria denominação de "pobreza recente".

sociais, nos mais diversos aspectos, entre a parte mais atrasada do país e a mais adiantada, notam-se enormes diferenças quantitativas. As proporções de indigentes e pobres são muito maiores no Centro-oeste, Norte e Nordeste (Grande Região GRCN) e as suas condições de vida muito piores. Qualquer que seja o problema focalizado, a diferença entre as duas partes do Brasil é de tal ordem, que surge aos olhos do analista como uma diferença de patamar de pobreza, como uma diferença qualitativa. Citemos alguns aspectos, escolhidos entre os mais graves. Na GRCN dois terços das crianças de 0 a 3 anos são pobres, enquanto na GRS (Sudeste e Sul) esta percentagem é de 43%. Quase que se pode dizer que ser pobre, numa ou noutra grande região, são coisas distintas. Sublinhando este ponto, cito, para as populações indigentes, numa e noutra parte do Brasil, indicadores de condições sanitárias (inexistência dentro da casa de água e de privada) e de isolamento social (inexistência de livros e de TV). Enquanto na parte atrasada do país as proporções de domicílios indigentes em péssimas situações quanto a esses indicadores, variam de 58 a 74 %, na parte mais adiantada do Brasil, as percentagens correspondentes vão de 30 a 59 %. A análise das estruturas familiares dos domicílios pobres, numa e noutra grande região, revelou igualmente proporções bem superiores, na GRCN do que Grande Região Sul (GRS), de unidades compostas, isto é, unidades onde convivem pessoas de duas ou mais gerações. Procura-se dessa maneira socializar as condições de vida, proteger-se do desemprego ou das dificuldades advindas com a idade. Juntando-se essa diferença de arranjo familiar, a outras diferenças sócio-demográficas pronunciadas que existem, principalmente entre os domicílios indigentes, de uma e outra parte do país, pode-se entrever a qualidade distinta da indigência e da pobreza, na grande região pobre do Brasil. Observa-se tamanho do domicílio muito maior, estrutura de idades muito mais desfavorável, proporção muito menor de domicílios chefiados por mulheres.

15) A análise da condição e modalidade de atividade dos chefes de domicílios urbanos, bem como do trabalho e renda do conjunto dos seus moradores de mais de 10 anos, mostra maior heterogeneidade da pobreza, nos seus vários níveis, entre as várias regiões urbanas do país, sendo mais difícil dividi-lo em duas grandes regiões (GRCN e GRS). Tomando-se, no entanto, apenas o Nordeste e o Sudeste urbanos, o contraste permanece nítido. Destacam-se, mais entre os domicílios indigentes, mas também entre os pobres não indigentes, as percentagens bem maiores no Nordeste de

trabalhadores por conta-própria, e, no Sudeste de empregados, inclusive 'bóias-frias', que são trabalhadores na agricultura residindo nas cidades; e as menores proporções de desempregados na primeira região em relação à segunda. Fico tentado, também aqui, a sublinhar diferenças qualitativas. O que é o conta-própria no Nordeste, indigente ou pobre, parece ser bem distinto do conta-própria no Sudeste (taxas muito mais altas de analfabetos entre os chefes de domicílio daquela região, e ausência muito mais freqüente entre eles de contribuição à previdência). A diferença principal, que sobressai em relação ao Sudeste, é a falta no Nordeste de oportunidades de trabalho num mercado urbano mais estruturado, mal compensada pelos 'bicos' e pelas rendas de pequeníssimas pensões e aposentadorias³².

³² Para ver com mais detalhe as situações mais contraditórias do Norte/Centro-Oeste e principalmente do Sul, ora aproximando-se do Nordeste ora do Sudeste, ver texto.